

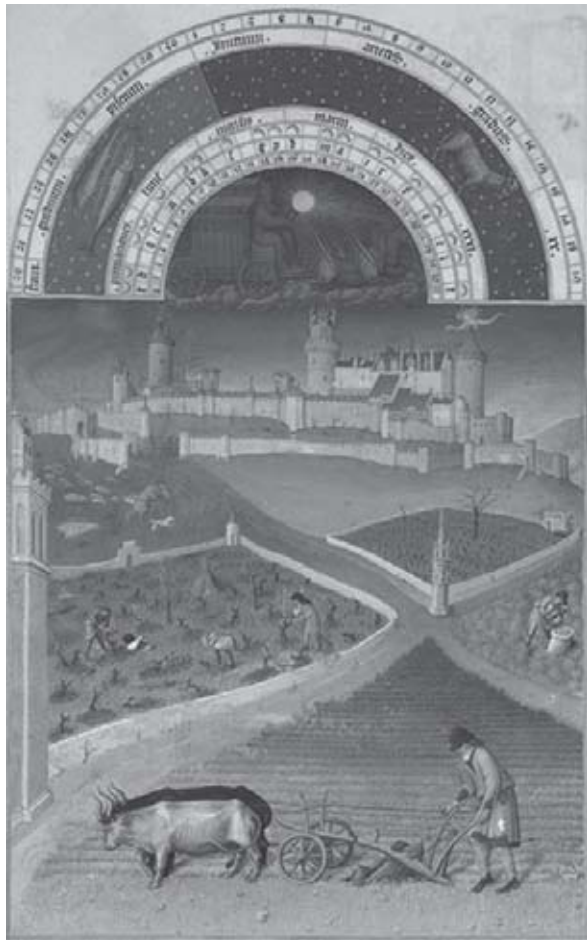
O FEUDALISMO

META

Analisar as origens e a estrutura do Feudalismo como formação social dominante no Ocidente europeu, no período entre os séculos X e XIII.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá: identificar os elementos romanos e germânicos que contribuíram para a formação da sociedade feudal; destacar a importância do sistema de posse e exploração da terra e dos laços de vassalagem na conformação da ordem feudal; conhecer os papéis reservados aos trabalhadores na reprodução da sociedade feudal; relacionar o crescimento demográfico, econômico e territorial às transformações que levarão ao desaparecimento do feudalismo.



Representação do modo de vida no Feudalismo.
(Fonte: <http://www.brasilecola.com>).

INTRODUÇÃO

Feudo, feudalidade, feudalismo. Regime feudal, sistema feudal, modo de produção feudal, civilização feudal, sociedade feudal. São inúmeras as possibilidades que surgem quando se tenta analisar o que aconteceu na Europa após a divisão do Império Carolíngio e até a fase das transformações que resultaram do florescimento das cidades, das atividades comerciais, do controle da política pelo Estado, por exemplo.

Qual conotação adotar? Priorizar qual viés: o jurídico, o político, o religioso, o econômico, o social? Em relação a outros, este é um período da história cuja análise implica em muitas escolhas. Segundo um dos mais importantes medievalistas, Marc Bloch, “podemos, sobretudo, duvidar de que um tipo de organização social tão complexo possa ser rigorosamente qualificado, quer através do seu aspecto exclusivamente político, quer, se tomarmos “feudo” em todo o rigor de sua acepção jurídica, por uma forma de direito real, entre muitas outras. [...] Na sua utilização atual, “feudalismo” e “sociedade feudal” abrangem um conjunto intrincado de imagens em que o feudo propriamente dito deixou de figurar em primeiro plano.” (2001, p. 12).

Ainda em concordância com o mesmo autor, “o feudalismo cuja análise vamos tentar fazer é aquele que, em primeiro lugar, recebeu esta denominação. Como quadro cronológico, a investigação, sob reserva de alguns problemas de origem ou de prolongamento, limitar-se-á, portanto, a esse período da nossa história que se estendeu, mais ou menos, dos meados de século IX até aos primeiros decênios do século XIII; como quadro geográfico, situar-se-á na Europa de Oeste e Central.” (2001, p. 12-13).



Mapa da divisão do Império Carolíngio, ano 814 (Fonte: ARRUDA, José Jobson. História integrada. v. II - São Paulo: Ática, 1995. p. 25).

AS ORIGENS DO FEUDALISMO

“O termo *feudal* vem de *fief*, *feodum*. Sua origem é germânica ou celta e designa o *direito* que se desfruta sobre qualquer bem, geralmente uma terra: não se trata de uma propriedade no sentido atual, mas de um usufruto, um direito de uso. Assim, o *feudo* poderia ser considerado como uma *forma de posse* sobre alguns bens reais; *feudal* seria aquilo que se relacionasse ao feudo, e *feudalismo* acabou por se transformar numa palavra que designa um período da História.” (MICELI, 1986, p. 27).

Embora o termo feudalismo só tenha surgido no século XVII, a realidade histórica que o mesmo designa tem origens bem mais remotas. Origens que, segundo Franco Júnior, remontam à crise romana do século III, passam pela constituição dos reinos germânicos nos séculos V-VI e pelos problemas do Império Carolíngio no século IX, para finalmente se concluírem em fins desse século ou princípios do X.

Para esse mesmo autor, o processo de gestação do feudalismo pode ser apreendido através dos aspectos a seguir indicados: a ruralização da sociedade, o enrijecimento da hierarquia social, a fragmentação do poder central, o desenvolvimento das relações de dependência pessoal, a privatização da defesa, a clericalização da sociedade e as transformações na mentalidade. (1983, p. 9).

Já vimos em aula anterior que a crise do Império Romano se manifestava mais claramente nas cidades, o que levou ao seu esvaziamento. Diante da situação causada pelas constantes invasões bárbaras e ineficiência da defesa oferecida pelo Estado, as pessoas migraram para os campos. Ali, enquanto os mais ricos se refugiavam em suas propriedades (*villae*), pequenos proprietários, e também os que só dispunham da sua força de trabalho, colocavam-se sob sua proteção, em troca do que podia lhes oferecer: a terra e ou os serviços. Junto aos escravos formavam a mão-de-obra empregada nos trabalhos agrícolas.

“Para os marginalizados sem bens ou ocupação e para os camponeses livres, trabalhar nas terras de um grande proprietário significava casa, comida e proteção naquela época de dificuldades e incertezas. Para os escravos, receber um lote de terra era uma considerável melhoria de condição. Para o seu proprietário, era uma forma de aumentar a produtividade daquela mão-de-obra e ao mesmo tempo baixar seu custo de manutenção, pois os escravos estabelecidos num lote de *terá* (*servi casati*) deixavam de ser alimentados e vestidos por seu amo, sustentando-se a si próprios.

Assim, por um aviltamento da condição do trabalhador livre e por uma melhoria da do escravo, surgia o colono. [...] Ele estava vinculado ao lote que ocupava, não podendo jamais abandoná-lo, mas também não podendo ser privado dele pelo proprietário. A terra não poderia ser vendida sem ele, nem

ele sem a terra. [...] Em suma, o *colonus* era juridicamente um homem livre, mas verdadeiro escravo da terra.” (Franco Jr., 1983, p. 12).

A ruína do Império Romano do Ocidente contribuiu para a generalização desse tipo de relação social envolvendo homens livres sob o patronato de latifundiários, e que ficou conhecida por *patrocinium*. “O ato jurídico pelo qual uma pessoa se colocava sob a proteção e a autoridade de outra era a recomendação.”

FÓRMULA DE RECOMENDAÇÃO

“Ao magnífico Senhor [...], eu [...], Sendo bem sabido por todos quão pouco tenho para me alimentar e vestir, apelei por esta razão para a vossa piedade, tendo vós decidido permitir-me que eu me entregue e encomende a vossa proteção; o que fiz nas seguintes condições: deveis ajudar-me e sustentar-me tanto em víveres como em vestuário, enquanto vos puder servir e merecer; e eu, enquanto for vivo, deverei prestar-vos serviço e obediência como um homem livre, sem que me seja permitido, em toda a minha vida, subtrair-me ao vosso poder e proteção, mas antes deverei permanecer, por todos os dias da minha vida, sob o vosso poder e defesa. Logo, fica combinado que, se um de nós quiser deixar esta convenção, pagará [...] soldos a outra parte e o acordo permanecerá firme. Parece-nos, pois, conveniente que as duas partes interessadas façam entre si e confirmem dois documentos do mesmo teor, o que assim fizeram.” (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 95-96).

Os germânicos, por sua vez, deram sua contribuição através da instituição que teve mais sucesso no desenvolvimento das relações de dependência pessoal: a vassalagem. Sua larga difusão deu-se desde Carlos Magno, pois como na verdade a autoridade do imperador dependia mais da fidelidade de seus servidores pessoais do que de sua soberania teórica, ele procurou estabelecer e reforçar esses laços pessoais.

Terminologicamente, foi então que *vassalus* suplantou outras palavras que também designavam um homem livre que se havia recomendado a outro. [...] Institucionalmente, foi então que à recomendação se acrescentou o juramento de fidelidade como reforço religioso, ou seja, da combinação dos dois atos nasciam as relações vassálicas. Concretamente, foi então que vassalagem e benefício se uniram, com o primeiro destes elementos tornando-se condição indispensável para a concessão do segundo. Em outros termos, o benefício era a remuneração do vassalo (servidor fiel) e só um vassalo receberia um benefício (termo mais tarde substituído por “feudo”). (FRANCO JR., 1983, p. 18-19).

“O senhor e seu vassalo uniam-se pelo contrato vassálico, mediante a prestação de homenagem. [...] O vassalo colocava suas mãos, juntas, nas do senhor, que as fechava com as suas, e expressava sua vontade de entregar-se recorrendo a uma fórmula do tipo:

“Senhor, passo a ser vosso homem” (França, século 13). Em seguida, pronunciava um juramento de fidelidade, garantindo-lhe sua fé e podia-se ainda acrescentar, como na França, o beijo que o transformava num “homem de boca e de mãos.” Após o contrato vassálico, o vassalo devia a seu senhor o *concilium*, o conselho, que consistia em geral na obrigação de aplicar a justiça em seu nome, e o *auxilium*, a ajuda, em geral militar e eventualmente financeira. O vassalo devia, pois, contribuir para a administração, a justiça e o exército senhoriais. Em contrapartida, o senhor devia-lhe proteção.” (LE GOFF, 2005, p. 84).

Mas, o que era o benefício? “Na verdade, tudo poderia ser transformado em benefício, desde uma terra até um imposto devido ao rei, e que este cedia a um terceiro. O benefício deveria garantir a manutenção do servidor do rei, num momento em que cargos e serviços não podiam ser remunerados com salários. [...] Ao doar um benefício, o rei normalmente cedia com as terras os seus direitos sobre a população local, de forma tal que o beneficiado substitua o rei em seu domínio.” (SILVA, 1982, p. 36-37).

Dessa forma, a vassalagem de benefício foi aos poucos esvaziando o poder dos reis, em contrapartida ao que acontecia com os súditos que formavam as classes superiores, especialmente a dos latifundiários, dos membros do alto clero e servidores dos altos escalões. Nesse ambiente de descentralização política, a divisão do Império Carolíngio e as invasões dos povos normandos e húngaros aceleraram o processo de fragmentação do poder central que marcou a Idade Média.

“Cobre-se o território da Europa de uma miríade de feudos, dos mais diversos tamanhos, e com várias denominações: principados, ducados, marquesados, condados, baronias, e simples senhorios, que formam células políticas, gozando de considerável autonomia e, em muitos casos, até de soberania.

Os países que emergem, em fins do século IX, do que fora o império Carolíngio, o Reino da França e o Sacro Império Romano Germânico têm seus territórios entrecortados por feudos, com um considerável enfraquecimento dos poderes reais.

[...] Já em fins do século IX, tende o feudo a se tornar hereditário, menos por uma tendência natural, e mais por imposição de grandes vassalos e demais senhores. Seja como for, a partir do século X apresenta um claro sentido hereditário, o que de certa forma transforma-o em uma propriedade.” (REZENDE FILHO, 1989, p. 56-57).

A palavra feudo “apareceu no oeste da Alemanha no início do século 11 e sob sua acepção técnica difundiu-se ao fim daquele mesmo século, sem ser empregada em todo lugar ou em todo tempo com este sentido preciso. É mais um termo de juristas e historiadores modernos do que um vocábulo da época.” (LE GOFF, 20005, p. 84).

A SOCIEDADE E A ECONOMIA FEUDAL

O ano agrícola



Janeiro – o banquete do senhor



Fevereiro – frio demais para trabalhar



Março – podando vinhas



Abril – apanhando ervas medicinais e flores



Maior – O senhor e sua dama caçando com falcão



Junho – secando o feno

Na Idade Média, plantar era de vital importância. Mais de 80 por cento da população europeia vivia no campo. Estas gravuras

de um calendário francês do século XV mostram as atividades sazonais na zona rural. Apesar do trabalho ser árduo,

o artista tentou mostrar que também havia algum tempo livre para o lazer – mas somente para os nobres!



Julho – colhendo trigo



Agosto – debulhando trigo



Setembro – amassando uvas para fazer vinho



Outubro – plantando trigo



Novembro – colhendo bolotas para alimentar os porcos



Dezembro – matando o porco cevado

(Fonte: MACDONALD, Fiona. O cotidiano europeu na Idade Média. São Paulo: Melhoramentos, 1995. p. 14-15).

Dividida em três grupos principais, chamados de ordem, “a sociedade feudal organizou-se de forma a desempenhar as três funções básicas que deviam garantir sua sobrevivência cultural e material: a oração, a luta e o trabalho no campo.

As camadas que exerciam o poder durante o período carolíngio – os guerreiros e os religiosos – continuariam a exercê-lo nessa nova organização social. Os antigos livres tornaram-se religiosos ou lutadores e os não livres

engrossaram a massa dos camponeses presos à terra, os servos da gleba, na separação definitiva entre o trabalho manual e as demais atividades.

Essas funções sociais estavam intimamente ligadas, e o bom desempenho de uma era condição para que se desempenhassem as outras. Para que o religioso e o trabalhador pudessem ser bem defendidos pelo guerreiro, era necessário que o primeiro orasse a Deus pelo seu sucesso e que o segundo lhe fornecesse os meios materiais. Para que o religioso pudesse dedicar-se a pedir a proteção divina para a sociedade, era necessário que o guerreiro o defendesse e que o trabalhador o sustentasse. E para que o trabalhador pudesse realizar sua tarefa produtiva, era necessário que o guerreiro o protegesse dos perigos terrestres e que o religioso o salvasse do desagrado divino.

Guerreiros e religiosos só podiam desempenhar suas funções específicas se não tivessem de se preocupar com seu próprio sustento. Esse devia ser providenciado pelos trabalhadores servis presos às terras senhoriais. Tais propriedades, chamadas agora de domínios feudais, subdivididas e distribuídas entre religiosos e guerreiros, eram o eixo de todo o ordenamento social.” (REZENDE FILHO, 1995, p. 20-21).

“A casa de Deus, que acreditam uma, está pois dividida em três: uns oram, outros combatem, outros, enfim, trabalham. Estas três partes que coexistem não suportam ser separadas; os serviços prestados por uma são a condição das obras das outras duas; cada um por sua vez encarrega-se de aliviar o conjunto. Por conseguinte, este triplo conjunto não deixa de ser um; e é assim que a lei pode triunfar, e o mundo gozar da paz.”
Adalbéron de Laon. (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 91).

Economicamente, o feudalismo dependia da agricultura, mas isso não significa que outras atividades não fossem praticadas. O artesanato continuou a ser praticado por “artesãos ambulantes que iam de região em região manufaturando a matéria-prima local em troca de casa, comida e umas poucas moedas e quase todo senhorio tinha sua própria produção artesanal. [...] O comércio, ao contrário do que muitos historiadores pensavam até há algum tempo, mantinha mesmo certo porte, apesar de irregular e de intensidade muito variável conforme as regiões.. Certas mercadorias imprescindíveis em todos os locais, mas encontráveis em alguns – caso do sal, por exemplo – eram objeto de trocas comerciais constantes e importantes. Mais do que esse comércio inter-regional, as trocas locais desempenhavam papel de primeira ordem, com os camponeses levando à feira seu pequeno excedente produtivo e podendo, por sua vez, comprar algum artesanato urbano. [...] Portanto, uma economia agrária, mas não exclusivamente.

Mas ter sido essencialmente agrário não difere o feudalismo das demais sociedades pré-industriais. O elemento central, aqui, reside no tipo

de mão-de-obra feudal. Como já vimos, as transformações pelas quais passava o escravo da Antiguidade e o trabalhador livre acabaram por criar um tipo intermediário, o *colonus* romano, antepassado direto do servo feudal. Da mesma forma, o latifúndio romano acabou com o decorrer dos séculos por gerar a típica unidade de produção feudal, o senhorio. E com a profunda e total interligação servo-senhorio, chegamos ao que há de mais essencial no componente econômico do Feudalismo.

De fato, os senhorios estavam divididos em três partes, todas trabalhadas e exploradas (ainda que não exclusivamente) pelos servos. A reserva senhorial, com 30 a 40% da área total do senhorio, era cultivada alguns dias da semana pelos servos em função da obrigação conhecida por corvéia. Todo o resultado desse trabalho cabia ao senhor, sem qualquer tipo de pagamento ao produtor. Os lotes (mansos) camponeses ocupavam no conjunto de 40 a 50% do senhorio. Cada família cultivava seu lote, dele tirando sua subsistência e pagando ao senhor pelo usufruto da terra uma taxa fixa conhecida por censo. O servo devia, ademais, uma parte do que produzia (talha), um pequeno valor anual para marcar sua condição de dependência (*chevage*), uma taxa para se casar com pessoa de outra condição social ou submetida a outro senhor (*formariage*), um presente ao senhor para poder transmitir o lote hereditariamente a seu filho (mão-morta). Como todos os habitantes do senhorio, pagava também as chamadas banalidades pelo uso do moinho, do forno e do lagar monopolizados pelo senhor. A terceira parte do senhorio, ocupando 20 ou 30% dele, eram as terras comunais (pastos, bosques, baldios) explorados tanto pelo senhor (através de seus servidores domésticos) quanto pelos camponeses. Aquela área era utilizada para pastagem dos animais, para a coleta de frutos e a extração de madeira e – direito exclusivo do senhor – para a caça.”(FRANCO Jr., 1983, p. 31-32).

AS DUAS “IDADES FEUDAIS”

Para Marc Bloch, existiram duas “idades feudais”. “A primeira, que se encerrou em meados do século 11, corresponde à organização de um espaço rural estável em que as trocas são fracas e irregulares, a moeda rara, e o trabalho assalariado quase inexistente. A segunda é produto dos grandes arroteamentos, do renascimento do comércio, da difusão da economia monetária, da superioridade crescente do comerciante sobre o produtor.” (LE GOFF, 2005, p. 87).

Já o medievalista brasileiro, Hilário Franco Júnior, analisa o período entre meados do século XI e meados do século XIII, como o de mais intenso crescimento do Feudalismo. Mas entende também que foram as transformações resultantes desse crescimento que acabaram por abalar seus fundamentos, ou seja, a provocar sua crise.

Segundo esse autor, o movimento geral de renovação e expansão do feudalismo iniciado no século XI, expressou-se num triplo crescimento: demográfico, econômico e territorial.

“O primeiro deles, o crescimento demográfico, ocorreu como resposta lógica a uma sociedade que não encontrava obstáculos à tendência natural que toda espécie tem para se multiplicar. De fato, na época feudal dois importantes fatores de mortalidade foram pouco ativos: as epidemias e a guerra. A natalidade, por sua vez, era favorecida pela abundância de recursos naturais, pela suavização do clima, pela transformação jurídica do campesinato, pelas inovações das técnicas agrícolas.” (1983, p. 63).

A ausência de epidemias no Ocidente dos séculos X-XIII, e o tipo de guerra da época feudal, constante mas pouco destruidora, explicariam assim a baixa mortalidade. Já os fatores que teriam contribuído para o aumento da natalidade são explicados pelo autor da seguinte forma. A abundância de recursos naturais teria resultado do recuo demográfico dos séculos III-VIII, e, mais ainda, da maior produtividade agrícola decorrente do cultivo de solos virgens e de grande fertilidade. No caso das mudanças climáticas há indicações de suavização do clima da Europa Ocidental desde meados do século VIII.

Tendo em vista que o comportamento demográfico do escravo é geralmente pouco propício ao crescimento, a passagem da escravidão para a servidão representava uma influência positiva no incremento demográfico, da mesma forma que inovações técnicas como a charrua (tipo de arado mais eficiente por penetrar mais profundamente no solo), um novo sistema de atrelamento dos animais e o sistema de rodízio das terras, pelo qual ocorria uma alternância dos cultivos.

“O crescimento econômico manifestou-se sobretudo através de três fenômenos: maior produção, progresso do setor urbano, acentuada monetarização. [...] O crescimento territorial foi o resultado lógico da necessidade de exportar os excedentes de população e de mercadorias, decorrentes do crescimento demográfico e econômico.

Assim, limitado originalmente aos territórios do antigo Império Carolíngio (grosso modo, atuais França, Bélgica, Suíça, Itália do Norte, Alemanha Ocidental), desde a segunda metade do século XI o Feudalismo penetrou também na Inglaterra, Oriente Médio e Península Ibérica. Naturalmente, em cada um desses locais, o Feudalismo sem se descaracterizar, assumiu feições próprias, ligadas às condições preexistentes e de implantação.” (1983, p. 73).

CONCLUSÃO

A insegurança e a instabilidade política que atingiram o Império Romano a partir do século III, e que se acentuaram com as invasões bárbaras, provocaram o esvaziamento das cidades e deixaram os camponeses à mercê da prote-

ção de grandes proprietários. Em troca da segurança que estes lhes podiam oferecer submetiam-se a uma série de obrigações. Estabelecidos no território do Império Ocidental os germânicos intensificaram essas relações de dependência pessoal com a difusão da vassalagem de benefício.

A partir de meados do século IX, quando às relações de dependência pessoal somaram-se a ruralização da economia e da sociedade, a fragmentação do poder central, a privatização da defesa e a clericalização da sociedade, estava estabelecida uma nova forma de ordenamento social, a ordem feudal.

RESUMO

Da mesma forma que o termo Feudalismo, que só surgiu no século XII, portanto, depois do momento histórico que ele devia designar, a palavra feudo teve também surgimento tardio em relação ao que ela designa.

“Desde o século VII as concessões de terra – não hereditárias – receberam o nome de precárias. Depois disso, e até o século XI, passaram a chamar-se benefícios. Mas foi só a partir do século XI, quando já eram hereditárias, que passaram a chamar-se feudos.” (MICELI, 1986, p. 26).

Embora a maior parte dos feudos fossem propriedades rurais, podiam também ser castelos, funções públicas, e até mesmo certos direitos como cobrar pedágios ou cunhar moedas.

A prática que levava um senhor a fazer concessões a outros em troca de algumas vantagens e ou serviços surgiu em no Império Romano e se ampliou com a vassalagem de benefício dos Reinos Germânicos. Nos meados do século IX, quando o Império Carolíngio foi dividido entre seus herdeiros e a região sofria os efeitos de novas invasões, os reis francos contribuíram para a institucionalização da vassalagem ao transferirem, junto com a terra, os direitos sobre a população local, de forma que o beneficiado passava a substituir o rei em seu domínio.

“A união entre benefício e vassalagem é considerada, pela maioria dos historiadores, como início da época feudal.” Mas a vassalagem era a forma característica de dependência entre pessoas das chamadas classes “superiores”. A relação entre senhores e trabalhadores era marcada pela dependência absoluta destes, especialmente após ter se verificado a homogeneização da condição social e jurídica dos trabalhadores rurais, camponeses e escravos.

A sociedade feudal se dividia em três grupos principais, que chamavam de ordens: camponeses, guerreiros e clérigos e sua economia baseava-se na agricultura, mas era uma agricultura apenas tendente à subsistência.

No período entre os séculos XI e XIII, a própria dinâmica do feudalismo impulsionou um conjunto transformações, as quais, ao se concretizarem, acabaram por provocar sua crise.





ATIVIDADES

1. “Agindo sobre uma sociedade onde as relações de vassalagem pessoal era uma norma comum, os carolíngios introduziram uma relação explícita entre o juramento de lealdade a um chefe (vassalagem) e a concessão do de uma propriedade (benefício)”.

Com base no que você aprendeu na aula comente a afirmação feita por Cyro Rezende Filho, no livro *Guerra e Guerreiros na Idade Média*. Se tiver dificuldade consulte outras fontes de pesquisa.

2. Faça um pequeno texto dando sua opinião sobre a forma de organização da sociedade feudal.

3. Explique como entendeu a afirmação de Hilário Franco Jr. de que a agricultura feudal era “apenas tendente à subsistência.”

4. Fale sobre o movimento geral de renovação e expansão que marcou o feudalismo a partir do século XI.



PRÓXIMA AULA

Analisaremos na próxima aula o papel da Igreja na Idade Média, destacando também o movimento das Cruzadas ocorrido no período.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 2001.

FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média: o nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

———. **O Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História).

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

MACDONALD, Fiona. **O cotidiano europeu na Idade Média**. São Paulo: Melhoramentos, 2003.

MICELI, Paulo. **O Feudalismo**. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da UNICAMP, 1986. (Coleção Discutindo a História).

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média: textos e testemunhas**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PINSKY, Jaime. **O modo de produção feudal**. São Paulo: Brasiliense, 1979

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Guerra e guerreiros na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 1989. (Coleção Repensando a História).

———. **Guerra e poder na sociedade Feudal**. São Paulo: Ática, 1995. (Coleção História em Movimento).

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Sociedade feudal: guerreiros, sacerdotes e trabalhadores**. São Paulo: Brasiliense, 1982.